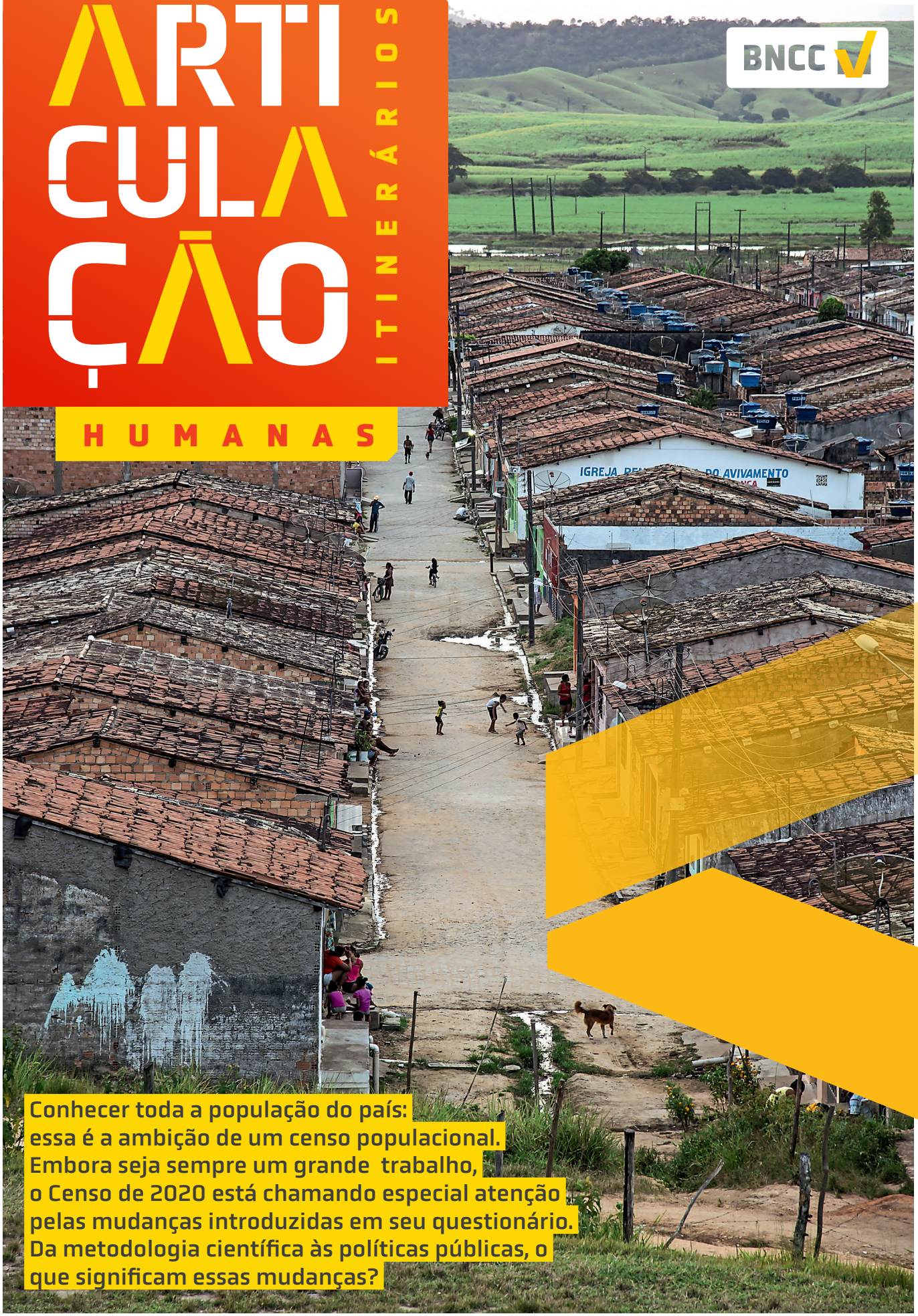
JANEIRO | 2020 EDIÇÃO Nº 1

ARTICULAÇÃO

ITINERÁRIOS

HUMANAS

BNCC



Conhecer toda a população do país: essa é a ambição de um censo populacional. Embora seja sempre um grande trabalho, o Censo de 2020 está chamando especial atenção pelas mudanças introduzidas em seu questionário. Da metodologia científica às políticas públicas, o que significam essas mudanças?

CONTATO IMEDIATO

O QUE FALAM SOBRE O ASSUNTO DESTA EDIÇÃO?



Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro (RJ).

O que muda no Censo de 2020 com os cortes nos questionários

Estêvão Bertoni

O censo exigirá menos dos entrevistados em 2020. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que é responsável pelo levantamento, reduziu o número de perguntas dos dois questionários que serão aplicados em todos os 71 milhões de endereços existentes no país. [...]

Embora o instituto justifique a medida como uma "otimização" para melhorar a "consistência e a precisão das respostas", ela visa reduzir custos, como defendeu o ministro da Economia, Paulo Guedes, em fevereiro de 2019. O orçamento previsto, que era de R$ 3,1 bilhões, passou para R$ 2,3 bilhões. A retirada de perguntas diminuiria o tempo das entrevistas, possibilitando aos recenseadores alcançar as metas em menos tempo. Eles teriam também um contrato mais curto com o IBGE.

Especialistas criticam o corte por interromper séries históricas e temem um "apagão informacional" se outras pesquisas não suprirem os buracos deixados com a supressão das questões. [...]

Realizada a cada dez anos, a pesquisa é o mais completo diagnóstico sobre as condições de vida da população brasileira e suas informações são cruciais para a formulação de políticas públicas.

[...]

A justificativa oficial do corte

A presidente do IBGE, Susana Guerra, afirmou [...] que o corte no orçamento do órgão definido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, "não tem nada a ver com os ajustes feitos no questionário". As mudanças, segundo ela, tinham como objetivo dar mais produtividade

ao trabalho dos recenseadores. Ela lembrou que as metodologias estão sendo revistas no mundo todo pelos órgãos censitários.

"Censo tem que medir densidade populacional e o perfil da população brasileira. Ponto. Censo não precisa ser tudo para todos. IBGE não é só censo, e o censo não precisa resolver todos os desafios de informação que a sociedade tem" – Susana Guerra, Presidente do IBGE.

O diretor de pesquisas do IBGE, Eduardo Rios, defende que dados que não serão mais objeto de investigação do censo poderão ser captados por outras pesquisas mais detalhadas. "O IBGE tem uma bateria de pesquisas domiciliares que detalham mais que o censo. É importante não demandar do censo mais do que sua qualidade de coleta permite responder", afirmou ao jornal O Globo.

[...]

Uma análise sobre o tema

O **Nexo** fez quatro perguntas sobre o corte ao sociólogo Rogério Barbosa, que é pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole e do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

Quais as maiores perdas com os cortes dos questionários?

ROGÉRIO BARBOSA As duas maiores perdas foram as informações sobre gasto com aluguel [...] e sobre rendimento dos demais moradores que não ocupam a posição de chefe/responsável [...]. O gasto com aluguel é uma variável fundamental para o cálculo do déficit habitacional [...]. Uma política habitacional focalizada e baseada em evidências requer a localização tão precisa quanto possível dessas pessoas vivendo de forma inadequada. [...] Na pesquisa básica, a informação sobre a renda passa a ser coletada apenas para a pessoa na posição de "chefe" ou "responsável" pelo domicílio [...]. [...] consequentemente, não será possível identificar os domicílios em situação de pobreza, naquele âmbito detalhado, dos setores censitários. Identificar com precisão a incidência de pobreza foi fundamental na última década para a delimitação dos locais preferenciais de busca ativa da assistência social. [...]

A retirada de algumas questões se justifica?

ROGÉRIO BARBOSA Não sou contra cortes ou mudanças no censo – ou em qualquer outra pesquisa oficial. As sociedades mudam, e com elas devem mudar os instrumentos que nos permitem conhecê-las. Mas os cortes, no entanto, exigem justificativas – tanto políticas e sociais quanto metodológicas. [...] O que sei são das decisões que foram tomadas com justificativas insuficientes.

Quais as possíveis consequências da medida?

ROGÉRIO BARBOSA Desde o início da Era do Planejamento, nos anos 1950, temos transitado da política feita com base na intuição, para uma política feita com base em evidências [...]. O risco que os cortes trazem, nesse cenário onde não há garantias de informações complementares com respaldo institucional, é o comprometimento daquela tradição de políticas baseadas em evidências [...]. As políticas mais diretamente afetadas são aquelas de combate à pobreza, de produção habitacional e de redistribuição interfederativa [...]. Do ponto de vista acadêmico, o que estamos produzindo é um ponto obscuro no tempo, que traz limitações para os estudos e pesquisas – rompendo a tendência de expansão do escopo de dados produzidos sobre o Brasil. [...]

Considera alguma mudança positiva?

ROGÉRIO BARBOSA O Censo de 2010, pela primeira vez, dedicou um bloco de quesitos às populações indígenas – indagando sobre a identidade indígena, a etnia e a língua falada no domicílio. Isso certamente se insere no bojo daquele processo mencionado, de ampliação das demandas informacionais para a governança de sociedades complexas. [...] O Censo de 2020 parece avançar nessa esteira, ao fazer a manutenção daqueles quesitos e ao adicionar agora um bloco sobre comunidades quilombolas. [...] Certamente, um grande avanço.

BERTONI, Estêvão. O que muda no Censo de 2020 com os cortes nos questionários. **Nexo**, 4 jul. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/07/04/O-que-muda-no-Censo-de-2020-com-os-cortes-nos-question%C3%A1rios>. Acesso em: 31 out. 2019.



Menino brinca em Território Quilombola de Alcântara (MA), 2019.
A inclusão de questões sobre a população quilombola no Censo 2020 é considerada um avanço pelos especialistas, permitindo identificar de maneira mais precisa e territorializada as diferentes demandas da sociedade brasileira.

O que revelavam sobre os brasileiros as perguntas que serão cortadas do Censo 2020 do IBGE

Amanda Rossi

O Censo 2020, planejado para o ano que vem, não irá coletar dados que revelam aspectos importantes sobre a população brasileira, como o comprometimento da renda para pagar o aluguel, a dependência do ensino público, a emigração internacional e a posse de celular, computador, motocicleta e carro.

O Censo 2010, por exemplo, revelou que 2,3 milhões de famílias não tinham nenhum rendimento e, ainda assim, precisavam pagar um aluguel no valor de até um salário mínimo. Em todo o Brasil, 3 de cada 1 000 pessoas havia emigrado, mas em alguns municípios essa proporção passava de 40 em cada 1 000. No Norte e no Nordeste, a dependência do ensino público era maior que a média nacional, representando acima de 80% das matrículas.

Esses temas estavam no questionário que o IBGE pretendia fazer aos brasileiros no ano que vem, mas foram eliminados com o corte de mais de 20% das perguntas. O questionário básico, aplicado a todos os domicílios brasileiros, foi reduzido para 26 questões – onze a menos que no Censo 2010. Já o questionário completo, aplicado a apenas 10% dos domicílios, contará com 76 perguntas – em 2010, eram 102 questões.

O pano de fundo da medida é o corte no orçamento do Censo 2020, de R$ 3,1 bilhões para R$ 2,3 bilhões, "à luz do contexto de crise fiscal e restrição orçamentária pelo qual atravessa o país", diz o IBGE. A BBC News Brasil questionou o Ministério da Economia sobre a redução de recursos para a pesquisa, mas não obteve resposta.

A direção do instituto, ao defender a medida, argumenta que o propósito do questionário reduzido não é só a economia, mas também a eficiência. "Um questionário extenso com temas e conceitos complexos, envolvendo quesitos com dificuldades de captação, não favorece a predisposição do entrevistado em responder", detectou uma pesquisa interna do IBGE, que avaliou o Censo 2010.

Já especialistas afirmam que deixar de coletar essas informações compromete a formulação de políticas públicas.

[...]

Qual a importância do censo? Assista ao vídeo no *link* e descubra o que o IBGE tem a dizer sobre isso.

http://ftd.li/yv3zhu

Dados fora do Censo 2020

Francisca de Fátima Lima está desempregada e precisa dar um jeito de bancar o aluguel. Maria Aparecida* tem seis irmãos que emigraram para os Estados Unidos por causa da dificuldade de achar trabalho no Brasil. Gilmar Pereira de Jesus está pagando um curso técnico para tentar um emprego melhor, depois de uma vida estudando em escola pública.

À primeira vista, a história desses brasileiros parece não ter nada de extraordinário [...].

Mas, na verdade, a vida de cada um deles ilustra alguns dos fenômenos sociais e econômicos que não serão mais pesquisados no Censo 2020.

Fátima vive em Itaim Paulista, extremo da periferia de São Paulo, com o filho de 15 anos. Há algumas semanas, teve uma conversa difícil com

* a reportagem resguardou o nome verdadeiro de Maria Aparecida.

o dono da casa que aluga. Desempregada há 11 meses, ela avisou que não vai conseguir pagar o próximo aluguel, no valor de R$ 700.

[...] Segundo o Censo 2010, a situação de Fátima era vivida por mais de 2 milhões de outras famílias.

O grupo era incluído nas estatísticas de déficit de moradias no Brasil, tomadas como base para formulação de políticas públicas de habitação, como o Minha Casa Minha Vida, criação de novas linhas de crédito para financiamento ou o planejamento de obras de urbanização em favelas. Agora, com o corte do censo, só será possível saber quantas pessoas pagam aluguel.

[...]

Já a auxiliar administrativa Maria Aparecida mora em Sobrália, cidade de 5 594 pessoas no interior de Minas Gerais. No ano passado, ela foi levar a mãe para visitar os irmãos nos Estados Unidos – a maioria deles não pode sair do país, porque não tem documentos. Lá, Maria Aparecida encontrou diversos conhecidos. "Todas as famílias de Sobrália têm alguém lá [nos EUA]. A cidade é muito pequena, sem emprego, sem oportunidade de melhorar a vida".

Essa região de Minas, próxima a Governador Valadares, teve os maiores percentuais da população vivendo no exterior registradas pelo Censo 2010. Já no ano que vem, não será possível saber qual foi a evolução dessa estatística.

[...]

Gilmar, de 28 anos, é motorista de ambulância em Mansidão, no sertão da Bahia. Quando era criança, a renda da mãe faxineira dava apenas para sustentar os três filhos. Depois de completar o Ensino Fundamental na escola pública, Gilmar abandonou os estudos para trabalhar.

Só recentemente conseguiu completar o Ensino Médio – na modalidade educação de jovens e adultos, também na rede pública. Agora, estuda pela primeira vez em uma escola particular – a única da cidade – para virar auxiliar de enfermagem.

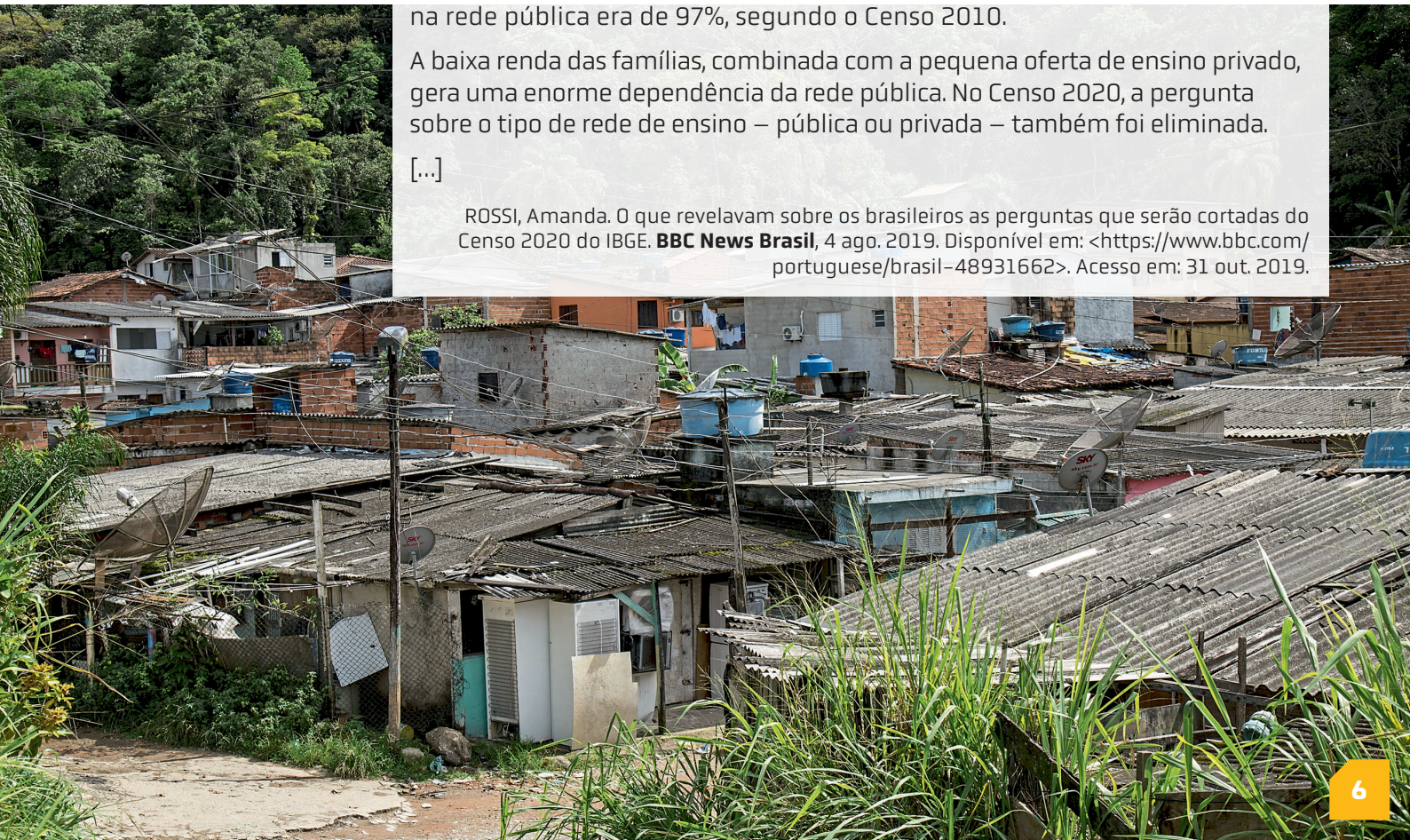
A trajetória educacional de Gilmar é representativa do interior do Nordeste, dependente do ensino público. Em Mansidão, a proporção de matriculados na rede pública era de 97%, segundo o Censo 2010.

A baixa renda das famílias, combinada com a pequena oferta de ensino privado, gera uma enorme dependência da rede pública. No Censo 2020, a pergunta sobre o tipo de rede de ensino – pública ou privada – também foi eliminada.

[...]

ROSSI, Amanda. O que revelavam sobre os brasileiros as perguntas que serão cortadas do Censo 2020 do IBGE. **BBC News Brasil**, 4 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48931662>. Acesso em: 31 out. 2019.

Moradias à beira da Rodovia BR-101, em São Sebastião (SP), 2017. A falta e a precariedade de moradia são alguns dos principais problemas sociais do Brasil. A coleta detalhada de dados sobre o valor do aluguel e dos rendimentos do domicílio é essencial para a concepção de políticas públicas dedicadas a sanar esse problema.



DIÁLOGO ABERTO

CONHEÇA A OPINIÃO DE QUEM ESTUDA O ASSUNTO.

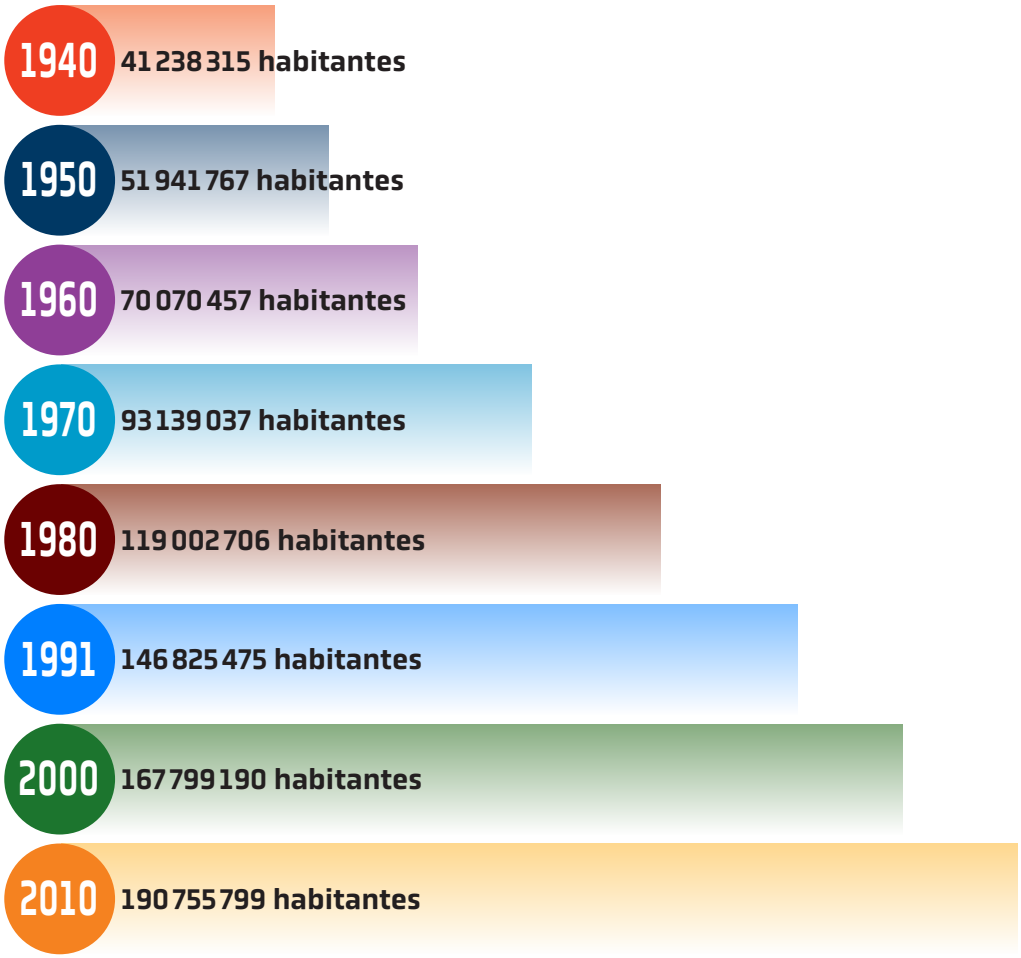
Os censos demográficos e os riscos das mudanças de modelo

Fabiana Valdoski Ribeiro

O que é e para que serve um censo demográfico?

Há mais de um século, o Brasil procura realizar, uma vez a cada década, o recenseamento de sua população – embora nem sempre a pesquisa tenha mantido sua periodicidade decenal, por diversos motivos. Desde 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já realizou oito edições desse levantamento, em um esforço que busca alcançar todos os domicílios e famílias do país.

A POPULAÇÃO BRASILEIRA NOS CENSOS DO IBGE



Fonte dos dados: Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25685-conheca-os-fatos-que-marcaram-a-historia-de-cada-censo-demografico>. Acesso em: 21 nov. 2019.



Recenseador visita domicílio em Itapevi (SP), durante o Censo 2010.

O censo demográfico é o instrumento de compilação de dados mais comum e abrangente utilizado nos países que pertencem à Organização das Nações Unidas (ONU). A entidade, inclusive, incentiva a realização da pesquisa e oferece recomendações para sua execução – segundo ela, são duas as perguntas básicas a que um censo deve responder: "Quantos somos?" (considerando idade, sexo, educação, ocupação e atividade econômica) e "Onde vivemos?" (considerando características da moradia, saneamento básico, acesso à água potável, disponibilidade de serviços essenciais e acesso à internet).

Com esses dados quantitativos, é possível iniciar uma aproximação dos processos qualitativos que fazem parte do desenvolvimento e do crescimento dos territórios. Eles revelam as desigualdades, as áreas prioritárias para a realização de políticas públicas, os bolsões de pobreza e as segregações, em diversas escalas. E é justamente nesse ponto que podemos entender a importância dessa imensa pesquisa: ela pode funcionar não apenas como um amplo diagnóstico, mas também como um ponto de partida para a estruturação de ações voltadas a atender às demandas da sociedade.

O principal objetivo de um censo é coletar informações que servem de subsídio para os governos, os órgãos públicos e outras entidades envolvidas na elaboração de políticas públicas. Além disso, atualmente, com o avanço das tecnologias e a divulgação de grande parte dos dados em forma digital e pública, a sociedade civil pode se apropriar dessa massa de informações e produzir novas interpretações sobre os processos sociais, bem como novas reivindicações.

Ao longo das décadas, a sequência de informações coletadas e organizadas pelos censos permite construir séries históricas, o que torna possível observar as mudanças estruturais ou conjunturais da população, comparar o desenvolvimento e as diferenças do crescimento econômico em escalas micro e macro, tudo isso por meio de dados obtidos em uma base territorial que nos abre a porta para a compreensão da desigualdade e dos processos de segregação entre bairros, cidades ou estados.

A dinâmica de um censo demográfico

No final do século XIX, o Congresso Internacional de Estatística recomendou a realização de censos demográficos em todos os países, com o objetivo de obter informações detalhadas das populações de cada Estado e cuidando para que os dados coletados nas diferentes pesquisas guardassem uma certa semelhança. Assim, iniciava-se a formulação de diretrizes de coleta de dados voltadas a permitir a comparação de processos demográficos, econômicos e sociais em escala global.

No Brasil, o primeiro censo foi realizado em 1872, ainda no Império. Em 1936, foi criado o IBGE, que realizou seu primeiro censo em 1940, inaugurando a fase moderna. A partir de então, o censo demográfico brasileiro passou a considerar normas internacionais, incorporou novos temas aos questionários e estabeleceu técnicas mais apuradas para sua aplicação, sendo realizado a cada dez anos. Nos anos 2000, com a rápida digitalização dos dados colhidos, houve uma expansão dos dados compilados pelo censo e um acesso ainda mais amplo para a sociedade civil – abria-se um novo patamar de democratização das informações.

Os pesquisadores da área, como o demógrafo Paulo Januzzi, destacam que, no Brasil, a história do censo mistura-se à história de muitas das conquistas republicanas ocorridas no país ao longo da segunda metade do século XX, como a universalização da educação básica, a ampliação do acesso à água, a redução da pobreza, os esforços de promoção do desenvolvimento regional e a expansão da cobertura do emprego formal e da previdência social pelo território brasileiro.



Funcionários da prefeitura municipal de Recife (PE) promovem o emplacamento de ruas e domicílios para o censo brasileiro de 1950.



Cartaz de campanha de vacinação contra o sarampo em Roraima, em 2018. O planejamento de campanhas de vacinação é uma das ações do poder público que pode se realizar de maneira mais precisa e eficaz com o uso de informações demográficas detalhadas e corretamente territorializadas.

Essa relação entre o censo e algumas conquistas sociais existe porque a informação estatística de boa qualidade é uma das bases necessárias para se planejar e empreender diversas iniciativas do poder público voltadas à melhoria de condições de saúde, educação, moradia, entre outras. Por meio desses dados, o Estado tem melhores recursos para, por exemplo, definir e planejar campanhas de vacinação, mensurar a eficiência de programas sociais, definir metas relacionadas à educação, estipular o número de deputados estaduais e federais e de vereadores, verificar indicadores socioeconômicos e identificar áreas de urgência social.

Para produzir tais informações, o Brasil tem no censo um instrumento privilegiado, pois sua ampla cobertura e o nível de detalhe oferecido pela coleta por setores censitários fornecem uma base de dados confiável e a possibilidade de territorializar os fenômenos com bastante precisão. Desse modo, o censo constitui um instrumento de grande importância para a concepção de políticas públicas, bem como uma fonte de dados essencial para que pesquisadores acadêmicos, movimentos sociais e outros atores da sociedade possam conhecer o território, exigir melhores condições de vida ou mesmo traçar estratégias para o desenvolvimento de atividades no âmbito do setor privado.

Um censo é uma operação que requer um enorme esforço coordenado, que vai da cartografia do território nacional até a tabulação e publicação dos dados, passando pelo recrutamento e formação de uma grande quantidade de recenseadores – inclusive para integrar o uso de novas tecnologias –, pela visita a todos os domicílios do país e pelas campanhas para esclarecer o público sobre a pesquisa, entre outras ações. A execução de todo esse processo é função do poder público, que é a esfera capaz de mobilizar todos esses recursos e de garantir a segurança e a privacidade dos dados coletados.

Além disso, o planejamento da pesquisa inclui definições metodológicas, bem como a incorporação de demandas da sociedade. Diversos especialistas afirmam que os questionários de um censo demográfico refletem muitas preocupações do momento histórico em que ele é planejado, além de revelar problemas estruturais de cada país. Na última edição do censo brasileiro, por exemplo, realizado em 2010, o temário dos questionários foi definido como resultado de uma ampla consulta a órgãos governamentais, pesquisadores e ao setor privado, além de contribuições de fóruns de discussão e de sugestões recebidas via *e-mail*.

Classicamente, o censo demográfico contém dois conjuntos de questões: um básico, que é aplicado a toda população, e um amostral, aplicado a 10% dos domicílios. A amostra selecionada para a aplicação do questionário completo é definida de modo a ser representativa da população brasileira, buscando contemplar, por exemplo, domicílios em todas as regiões do país, bem como frações de diversos segmentos da população (indígenas, quilombolas, moradores de áreas de ocupação irregular etc.).

Em 2010, o questionário básico continha 37 questões e tratava de aspectos relacionados ao morador, domicílio, emigração, mortalidade, responsabilidade do domicílio, etnia, educação e rendimento. Já o questionário de amostra, além das perguntas do básico, aprofundava aspectos como religião, mobilidade, educação de pós-graduação, materiais de construção das casas, entre outros, totalizando 108 perguntas. Todos os responsáveis por domicílios são legalmente obrigados a responder ao recenseador, podendo sofrer multa caso não o façam.

O cenário do Censo 2020

A nova edição do censo demográfico brasileiro, que será realizado em 2020, está sendo objeto de muita controvérsia entre especialistas, pesquisadores e a sociedade civil. Com preocupações orçamentárias e metodológicas, em meados de 2019 o IBGE anunciou que o montante previsto para o custeio do Censo 2020 seria reduzido de R$ 3,1 para R$ 2,3 bilhões, e realizou uma importante redução nos questionários a serem aplicados. O questionário básico, que em 2010 trazia 37 questões, em 2020 trará 26; já o questionário de amostra passou de 108 para 76 questões. De acordo com o governo, essa limitação no número de perguntas permitirá aumentar a produtividade dos recenseadores e simplificar determinados procedimentos da estrutura logística censitária.

Essa mudança inesperada na metodologia do levantamento suscitou uma série de argumentos alertando para a possibilidade de perda de informações relevantes para a compreensão da realidade socioeconômica da população brasileira, relativas, por exemplo, ao valor do aluguel e às migrações. O IBGE afirma que a redução das perguntas já era um tema debatido entre os técnicos, e que sua implementação está sendo realizada com todo o cuidado e o rigor necessários.

Mas muitos especialistas discordam da decisão do IBGE. Um grupo deles chegou até a lançar uma campanha, chamada "Todos pelo Censo 2020", para esclarecer as prováveis consequências da implementação das mudanças definidas para o Censo 2020, alertando contra um "apagão informacional". Eles argumentam que o censo brasileiro não é particularmente caro, com um custo de cerca de R$ 16,00 por habitante, e que a redução do conjunto de perguntas é problemática do ponto de vista metodológico. Vejamos por quê.

Em primeiro lugar, a decisão de reduzir o número de perguntas aplicadas pelo censo às vésperas do início da coleta de informações significa o impedimento de um debate prévio e amplo sobre o assunto, destoando da prática de interlocução com a sociedade que foi adotada nas últimas décadas. Em segundo lugar, há consequências relacionadas à supressão de determinadas questões: além da perda da série histórica, algumas questões retiradas são apontadas por especialistas como de particular relevância.



Mulheres do povoado de Queimadas do Angico carregam baldes com água em Guaribas (PI), município escolhido para a implantação, em 2003, do Fome Zero, um grande programa federal de erradicação da pobreza. O subsídio de dados precisos sobre a pobreza no território brasileiro é valioso para a concepção de políticas públicas dedicadas a mudar essa realidade.

Esse é o caso da retirada da pergunta sobre o valor do aluguel, por exemplo, que privará de parâmetros relevantes as políticas públicas de habitação, como o cálculo do déficit habitacional. Do mesmo modo, as questões referentes à ida de brasileiros ao exterior e à mobilidade interna no país – notadamente em um período no qual se estima um aumento considerável desses fenômenos – traz uma lacuna para futuras pesquisas e projeções de tendências dos fluxos migratórios. Conjuntamente, temas como fontes de rendimentos ou posse de bens, que discriminam a renda bruta da família e os bens reunidos por ela, foram suprimidas, impactando diretamente na identificação de áreas prioritárias para implantação de políticas sociais. Em um país com tamanha desigualdade social como o Brasil, é preocupante abrir mão de dados que permitam conhecer e combater o melhor possível a pobreza e as condições de vida inadequadas.

Para ter uma ideia melhor da importância desses dados, pode-se observar que o Censo 2010 identificou a existência, no país, de cerca de 730 mil domicílios sem ligação de energia elétrica, e de cerca de 4 milhões de domicílios sem acesso à água potável. Esses dados podem ser refinados em diversas escalas – regiões, estados, municípios e escalas ainda menores –, o que permite identificar de maneira mais precisa as necessidades de cada grupo populacional no território nacional. Por exemplo, enquanto a ausência de ligação elétrica atingia, em 2010, quase 340 mil domicílios na região Nordeste, o mesmo problema se verificava em cerca de 32 mil domicílios na região Sul – mais de dez vezes menos.

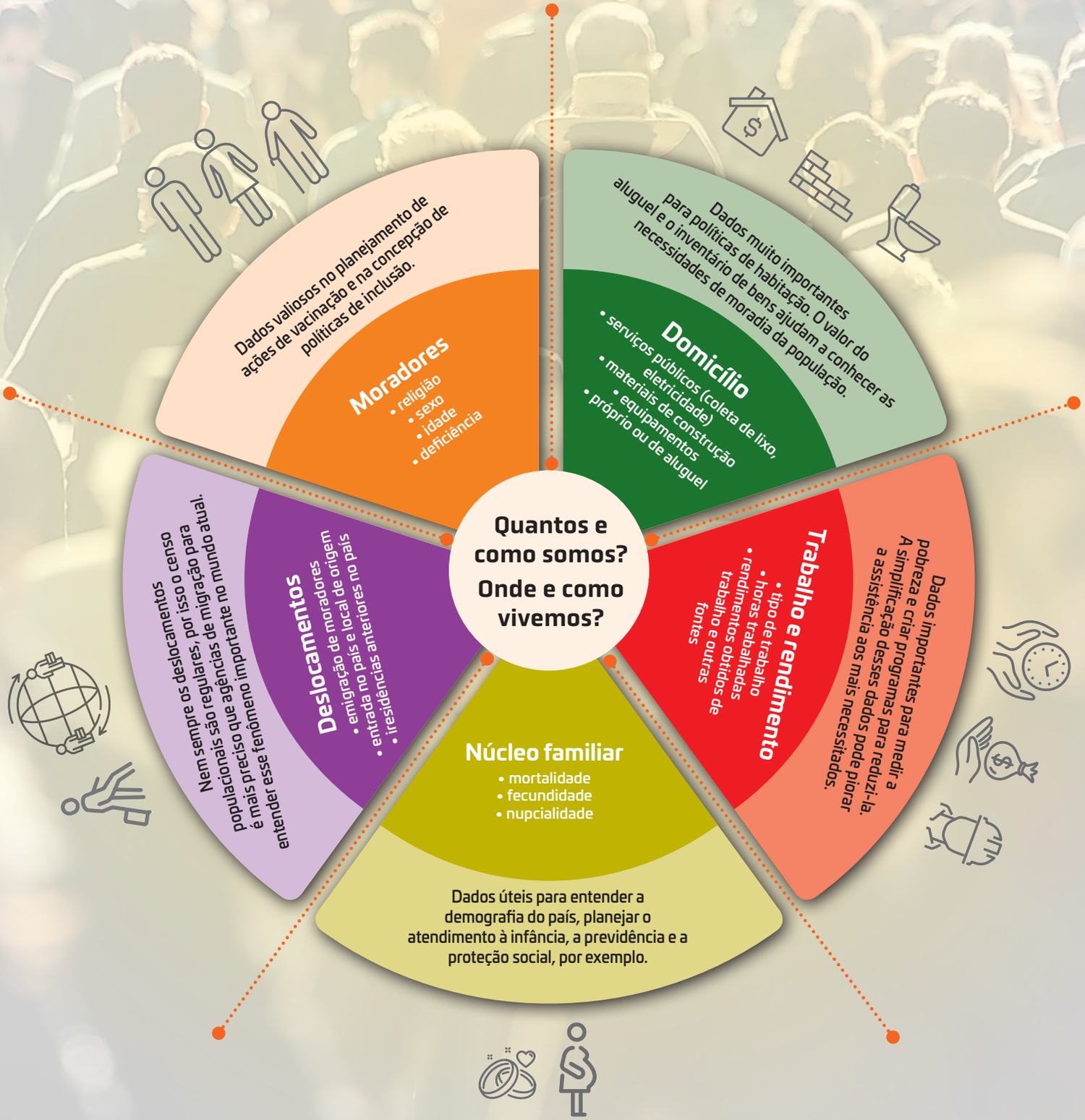
Diante de tais argumentos, talvez um caminho para a reflexão possa estar no conhecimento das novas experiências censitárias de outros países. A Espanha, por exemplo, promoveu mudanças no Censo de 2011 que reconhecidamente provocaram perdas em séries históricas, sobretudo no que diz respeito a informações relevantes para a compreensão de processos intraurbanos, como as áreas com população segregada.

O modelo de censo demográfico proposto pelo Brasil para 2020 nos desafia a compreender se a redução do orçamento e a simplificação logística e metodológica são justificativas suficientes para arriscar comprometer a qualidade das informações que a cada década o IBGE copila nos domicílios dos habitantes de nosso país.



Fabiana Valdoski Ribeiro é geógrafa pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona. É pesquisadora do Grupo de Estudos sobre São Paulo (Gesp), do Departamento de Geografia da USP, e colabora com a elaboração de diagnósticos socioeconômicos para projetos ambientais e urbanos.

CENSO: O QUE ELE REVELA E PARA QUE É USADO?



REFLEXÃO NA PRÁTICA

ARTICULANDO
IDEIAS E PRÁTICAS

IC MIS PC EMP

> Investigação Científica

> Mediação e intervenção social

Do censo às políticas públicas

Em uma sociedade como a brasileira, cheia de desigualdades territoriais e sociais, o desafio dos cidadãos, do poder público e outras entidades é propor intervenções que colaborem com o desenvolvimento social.

Uma atuação consciente e efetiva requer um conhecimento adequado do território, o que pode ser obtido por meio de dados estatísticos, como aqueles produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disponibilizados ao público.

Com base nesses dados, é possível elaborar políticas públicas e atuar no território em busca de justiça social.

Vamos refletir e entrar em ação? A ideia é realizar uma pesquisa e, com base nela, uma proposta de intervenção. Para isso, observe as orientações abaixo:

- Para iniciar a pesquisa, sugere-se formar grupos de trabalho. Em seguida, acessem o *site* do IBGE (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>; acesso em: 21 nov. 2019) e escolham um ou mais temas para análise. Pode ser renda familiar, escolaridade, envelhecimento populacional, moradia, entre outros.
- Com o tema decidido, escolham o nível territorial com o qual trabalhar. Um exemplo de recorte são as unidades da federação, pois é possível comparar a realidade de cada uma por meio de cartogramas e tabelas.
- Elaborem um diagnóstico sobre o tema escolhido. Façam gráficos, cartogramas ou tabelas para representar a situação do recorte escolhido e estabelecer comparações. O diagnóstico é a ferramenta por meio da qual explicamos as análises dos dados estatísticos para pensar propostas de atuação. Com ele, é possível identificar as áreas em que é prioritário atuar em determinado tema.
- Após a identificação das áreas de prioridade, construam propostas de intervenção capazes de colaborar com a melhoria das condições de vida da população e com o desenvolvimento social.
- O diagnóstico elaborado e as propostas de ação podem ser apresentados aos colegas por meio de painéis expostos na escola e de apresentações orais.

SUGESTÕES DE TRABALHO

POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO

A atividade permite uma prática de pesquisa em seus diversos momentos: busca de dados, organização dos dados coletados, interpretação da realidade e proposta de intervenção. Por meio dela, o estudante pode se familiarizar com o uso de bases de dados e praticar o uso de ferramentas de organização e exposição de dados.

No processo de organização de dados, inicia-se o momento de interpretação das informações de acordo com o tema escolhido, sendo as comparações territoriais úteis para compreender as necessidades e diferenças existentes no país. Pode-se buscar bibliografia auxiliar e, também, fazer uma exposição de resultados preliminares, em um processo de formulação de hipóteses sobre o tema escolhido.

Assim se estabelece um diagnóstico, que pode subsidiar reflexões e debates sobre as possibilidades de intervenção nas realidades construídas em cada grupo. A proposta de intervenção pode ser elaborada na forma de um relatório e da organização de uma exposição para a comunidade escolar.

Na BNCC:

- EMIFCG01
- EMIFCG03
- EMIFCG09

Conteúdos abordados:

- Forma e conteúdo do Censo
- Relevância e finalidade do Censo
- Censo 2020 no Brasil

Da informação à reflexão: dados e fontes em Ciências Humanas

Neste ciclo 2020, **Articulação Itinerários CHSA** aborda temas que se relacionam à utilização de fontes e dados nas Ciências Humanas, explorando as formas e a importância da coleta e da produção de dados e informações para a apreensão de fenômenos sociais, a construção de conceitos, a definição de políticas públicas e o avanço da ciência.

ARTICULAÇÃO
ITINERÁRIOS
HUMANAS
JANEIRO | 2020 EDIÇÃO Nº 1

FTD EDUCAÇÃO

Diretor de conteúdo e negócios
Ricardo Tavares de Oliveira

Diretor adjunto de Sistema de Ensino
Cayube Galas

Gerente editorial
Júlio César D. da Silva Ibrahim

Gerente de produção e *design*
Letícia Mendes de Souza

Editora
Cláudia Pedro Winterstein

Editoras assistentes
Amanda Bonuccelli Voivodic
Carolina Massuia de Paula

Coordenador de eficiência e *analytics*
Marcelo Henrique Ferreira Fontes

Supervisora de preparação e revisão
Adriana Soares de Souza

Preparação e revisão
Equipe FTD

Coordenadora de imagem e texto
Márcia Berne

Pesquisa
Equipe FTD

Coordenadora de criação
Daniela Di Creddo Máximo

Supervisor de produção e arte
Fabiano dos Santos Mariano

Projeto gráfico
Bruno Attilli

Editora de arte
Adriana Maria Nery de Souza

Créditos das imagens:
p.1. Rubens Chaves /Pulsar Imagens; p.2. Licia Rubinstein/Agência IBGE; p.4. Ricardo Azoury/Pulsar Imagens;
p.6. Rubens Chaves/Pulsar Imagens; p.8. Rubens Chaves/Pulsar Imagens; p.9. Acervo IBGE; p.10. Ministério da Saúde;
p.11. Lalo de Almeida/Folhapress; p.12. Acervo pessoal; p.13. ksenvitaln, Chippo Medved, davooda, PiconsMe, iconim, blvdone/Shutterstock.com;
p.14. Blan-k/Shutterstock.com Renato Bassani